

A ciência, a história da ciência e o seu ensino¹

Science, the history of science and its instruction

Cristina Altman*

RESUMO

O artigo propõe que a descontinuidade percebida entre a prática científica em Linguística e sua trajetória histórica deva ser superada e que é em uma situação de ensino que essa conexão pode, de forma privilegiada, se restabelecer. Entendendo o termo ‘linguística’ de forma ampla, tanto como o conhecimento produzido pelo homem sobre a linguagem e as línguas, quanto como disciplina introdutória e obrigatória da formação em Letras, sugerem-se algumas diretrizes que podem subsidiar seu ensino, a partir de princípios gerais compartilhados pelos historiógrafos da linguística.

Palavras-Chave: Historiografia Linguística; ensino da Linguística; manuais de Linguística.

ABSTRACT

The article proposes that the perceived gap between the scientific linguistic practice and its historical path must be overcome and that it is in the language sciences teaching situation that this connection can be re-established in a privileged way. The term ‘linguistics’ in

Articulista convidado

<http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.506>

*Universidade de São Paulo, altman@usp.br, orcid.org/0000-0002-5121-4282

1 O texto é uma pequena homenagem à *Confluência. Revista semestral do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português* (Rio de Janeiro, 1991-corrente), que celebra 30 anos de trabalho ininterrupto, dedicados à divulgação do conhecimento em ciências da linguagem. Feito digno de nota no editorial científico brasileiro. À equipe editorial, meus respeitos e admiração.

the text refers to both the vast knowledge that men produced about the nature of human language and their languages, as well as to the introductory discipline offered in the Language and Literature undergraduate schools. Basing on general principles shared by contemporary linguistic historiographers, we suggest some guidelines that can subsidize language sciences education.

Key Words: Historiography of Linguistics; Linguistics teaching; Linguistics manuals.

Advertência

Embora o título possa levar o leitor a presumir que essa pequena reflexão sobre os modos pelos quais introduzimos o jovem alunado universitário em uma disciplina científica como a Linguística traga soluções para nossos dilemas didáticos, é preciso advertir-lhe desde já que o objetivo do texto é mais modesto. O que aqui procuramos fazer, primordialmente, é nos interrogarmos se alguns dos princípios consensualmente compartilhados pelos historiógrafos contemporâneos da Linguística poderiam servir de diretriz para os cursos introdutórios de Linguística Geral. Com efeito, após quase 50 anos da sua institucionalização como campo legítimo de estudo e pesquisa — se considerarmos a criação do periódico *Historiographia Linguistica* (Amsterdam: John Benjamins, 1974-corrente) como um marco inicial — muito se aprendeu sobre a dinâmica da produção, circulação e recepção do conhecimento em ciências da linguagem, não apenas nos séculos XIX e XX, mas também em séculos anteriores. Nada mais justificado do que nos perguntarmos, portanto, em que medida esse conhecimento acumulado sobre nossa história pode contribuir para as práticas de ensino em sala de aula, principalmente no que diz respeito ao público que entra em contato pela primeira vez com as disciplinas relativas ao estudo da linguagem humana e suas línguas.

Com efeito, se, do ponto de vista da sua teorização, as coisas têm andado bastante bem para a Historiografia Linguística (HL) — há pelo menos

cinco periódicos especializados, várias sociedades científicas, boletins, antologias, colóquios e encontros internacionais consolidados² — do ponto de vista da sua aplicação didática, parece haver ainda um bom caminho a percorrer. A crermos em Schmitter (2003), por exemplo, os resultados obtidos pela moderna HL parecem não estar chegando aos manuais de linguística, aos dicionários de terminologia linguística, ou mesmo aos manuais de história da linguística. Dado o interesse recente, e crescente, pela divulgação da HL no contexto acadêmico brasileiro — observe-se o número respeitável de colóquios, traduções, manuais de história e outras publicações monográficas no país surgidos nos últimos anos — é de se perguntar até que ponto podemos secundar Schmitter (cf. ALTMAN, 2021, a sair).

À primeira vista, parece que estamos indo muito bem, também no Brasil, ao menos entre pares. A questão que se coloca, pois, é até que ponto o conhecimento que temos adquirido (e divulgado) sobre as tradições linguísticas do passado, notadamente a portuguesa e brasileira, tem chegado às salas de aula. Ou, até que ponto a história que nossa geração está revendo, redesenhando, reestruturando, tem contribuído para o ensino de Linguística?

2 Sem pretensão de exaustividade, cf. *Historiographia Linguistica* (1974-), *Histoire, Epistémologie, Langage* (1979-), *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* (1991-), *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (2008-), *Language and History* (2009-), além dos boletins publicados regularmente pelas sociedades científicas e grupos de trabalho: a *Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage*, desde 1979; a *Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas*, desde 1984 (1984-1997; 1997-2009); a *North American Association for the History of the Language Sciences (NAAHoLS)*, desde 1987; a *Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, desde 1997, e, desde 1999, a *Sociedade Mexicana de Historiografía Lingüística*. Para uma visão geral dos temas recobertos pelo campo, consultem-se os monumentais volumes editados por Auroux, Koerner, Niederehe & Versteegh (2000, 2001 e 2006). Para encontros internacionais, v. a respeitável literatura sobre as *International Conference on the History of the Language Sciences (IHoLS)*, desde 1978, todos os volumes publicados pela John Benjamins.

Enquanto os dados sobre as relações entre o ensino da Linguística no Brasil e o estudo da sua história aguardam consolidação (SUGYIAMA, 2020;³ OLIVEIRA, 2020⁴), me parece legítimo sondar quais subsídios a moderna pesquisa em HL pode oferecer àqueles que participam da formação, tanto do pesquisador que se dedicará à carreira acadêmica, quanto do professor da área de Letras e Linguística, atividades geralmente complementares. O presente texto pretende ser uma primeira contribuição nessa direção.

1. História e Historiografia da Linguística: a seleção dos objetos

História e Historiografia da Linguística, ou, simplesmente, Historiografia Linguística, não são domínios co-extensivos. A História, i.e., o conjunto de todos os eventos que aconteceram no âmbito de um amplo campo de estudo que poderíamos arbitrariamente denominar de ‘conhecimento sobre

-
- 3 Sugiyama (2020) oferece um mapa precioso sobre o ensino da Linguística no Brasil. Seu estudo focalizou a emergência e o desenvolvimento da institucionalização da disciplina no período 1960 -2010. Serviram de suporte informacional documentos oficiais tais como os projetos pedagógicos de curso, currículos, ementas de disciplinas das quatro universidades que oferecem formação especializada em Linguística: Unicamp, USP, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de São Carlos; bem como das outras universidades públicas federais do país, perfazendo um total de 54 instituições, 93 cursos; 134 currículos, dos quais 79 apresentavam as ementas de disciplinas. Além dos cursos de graduação em Linguística e Letras, foram considerados 11 programas de pós-graduação ofertados por universidades federais cadastrados junto à CAPES sob a designação de *Linguística*. Os níveis privilegiados por sua análise foram a configuração dos cursos que oferecem titulação em Linguística em nível de graduação e pós-graduação e, ainda, as formas sob as quais a disciplina é ofertada nos cursos de graduação em Letras.
 - 4 Oliveira (2020) em seu trabalho ainda inédito identifica 13 grupos de pesquisa que têm na HL um dos seus referenciais teóricos principais. São grupos de pesquisa de tamanhos e temáticas variáveis, ligados à Universidade de São Paulo, PUC-SP, Mackenzie -SP, UFRJ, UFMG, UFG, UFPR Univale, UFSC, UFMA e UFPB. Entre esses Departamentos ou Institutos de Letras começa a se formar uma rede de intercâmbio e de troca de experiências de pesquisa que nos autorizam a situar a HL no Brasil como um grupo de especialidade, em vias de institucionalização (na escala de MURRAY, 1994).

a linguagem humana' é o objeto em potencial das nossas historiografias. A historiografia deste campo — termo ambíguo tal e qual o termo 'gramática' — é, ao mesmo tempo, o estudo teórico e metodológico deste objeto e o texto que, a partir deste estudo, o historiógrafo constrói. Dito de outra maneira, a HL tem como objeto, não a linguagem humana, mas todas as formas de conhecimento que o homem produziu sobre a linguagem humana ao longo do tempo. A relação que a HL busca manter com a história que lhe serve de objeto é de 'iconicidade', o que significa dizer que a HL não é a história, mas sim, uma interpretação da história.

Do ponto de vista da formatação desse conhecimento sobre a linguagem, i.e., do seu grau de elaboração teórica e metalinguística, Swiggers (1990) distingue, ao longo da história, três níveis: um nível 'zero', digamos assim, em que o 'conhecimento linguístico' (*linguistic knowledge*) tem baixa formatação. Geralmente se expressa em hinos, em práticas sociais diversas, como enigmas, jogos, traduções, ou até em contextos militares, como no exemplo bíblico do *shibboleth*.⁵ Trata-se do que modernamente se tem chamado de *folk linguistics*, i.e., linguística popular ou, nos termos de Borges Neto (2020), de *linguística ingênua* (v. também HYMES, 1974; BREKLE, 1989 e, mais recentemente, PAVEAU, 2020). Essas práticas podem atingir gradualmente um grau mais elaborado de formulação e se constituírem em 'visões [mais codificadas] sobre a língua' (*linguistic views*), principalmente quando se beneficiam de um contexto bilíngue ou multilíngue, como as reflexões sobre as 'partes do discurso' dos Sofistas, de Platão, ou Aristóteles. Ou ainda, os conjuntos

5 "Jephthah then mustered all the men of Gilead and fought Ephraim, and the Gileadites defeated them. The Gileadites seized the fords of the Jordan and held them against Ephraim. When any Ephraimite who had escaped begged leave to cross, the men of Gilead asked him, 'Are you an Ephraimite? ', and if he said 'No', they would report, 'Say shibboleth'. He would say 'sibboleth', and because he could not pronounce the word properly, they seized him and killed him at the fords of the Jordan. At the time forty-two thousand men of Ephraim lost their lives." (*Judges [Juizes]* XII, 4-6, *apud* SWIGGERS, 1990, p. 30, nota 10).

vocabulários e as *artes gramaticais* feitas pelos missionários católicos no séc. XVI. Por fim, o formato mais sofisticado de todos corresponde ao nível das ‘teorias linguísticas’ (*linguistic theories*), que são quadros coerentes de formulações sistemáticas sobre a linguagem, que aparecem mais tarde na história. No mundo ocidental, para além das primeiras sistematizações gramaticais dos alexandrinos, Swiggers (1990) aponta os *Modistas* (séc. XIII) como o contexto da emergência teórica gramatical em relação a categorias de pensamento. Sem nos esquecermos, como menciona, de que tradições não ocidentais, como a hindu, desenvolveram de forma independente descrições coerentes e sistemáticas sobre o Sânscrito ainda mais antigas, como as de Pāṇini (séc. IV, a.C.).⁶ Todas essas formas de conhecimento sobre a linguagem e as línguas são objetos de interesse da HL. Tal diversidade sugere uma primeira pista sobre a natureza do conhecimento linguístico, que pode nos interessar em sala de aula: ele não é limitado a uma única tradição linguística, nem se desenvolve em ritmos comparáveis em cada uma delas. Donde a natureza da emergência do conhecimento linguístico e a dimensão temporal interna do seu desenvolvimento serem dois dos problemas-chaves da HL. Cabe observar que desenvolvimento não quer dizer, necessariamente, progresso (cf. SWIGGERS, 1990, p. 24). Voltarei a essa questão nas seções seguintes.

Qualquer que seja o formato sob o qual se nos apresenta o conhecimento linguístico, a primeira tarefa do historiógrafo que se debruça sobre ele é seleccionar o período, os dados, os fatos, agentes e produtos que comporão a sua historiografia. Essas pré-seleções são hipóteses iniciais de trabalho que se

6 De acordo com o Prof. Edgard Bikelis (Doutorando CEDOCH-DL/USP), em comunicação pessoal, as primeiras observações gramaticais da que poderíamos chamar, retrospectivamente, de ‘tradição hindu’ estão espalhadas em textos extensos de exegese ritualística, nos brāhmanas, e são mais antigas ainda do que a gramática de Pāṇini. “The available evidence does not allow one to determine Pāṇini’s dates with absolute precision. Nevertheless, the evidence also precludes placing Pāṇini at a time later than the early fourth century B.C.; 500 B.C. is a reasonable date to accept. [...]” (CARDONA, 1997, p. 3). Agradeço ao professor Edgard a explicação e a referência.

sustentarão, ou não, ao longo da sua análise. O importante é frisar que, sejam quais forem, o historiógrafo tem que deixar claro no seu texto os critérios de relevância que utilizou para selecionar essa ou aquela ideia, ou obra, ou agentes, para que relações possam ser estabelecidas entre eles. Ter sido o ‘primeiro’ a realizar determinada prática de análise, ou a utilizar tal ou qual termo linguístico que, ao longo do tempo, se mostrou produtivo é, em si, um critério muito pobre, se essa informação se esgotar em si mesma. Por exemplo, o fato de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) ter sido o primeiro a propor uma descrição estrutural do sistema fonológico do Português do Brasil (MATTOSO CÂMARA, 1953[1949])⁷ só assume relevância na historiografia linguística brasileira por outras razões. A descrição dos fonemas do Português que apresentou, consistente e elegante, marcou uma ruptura com uma longa tradição de descrição (fonético)-normativa do português, ao mesmo tempo em que significou o ponto de partida de um programa de investigação que será percebido como novo pela geração de linguistas que o sucedeu (ALTMAN, 2004). No didático exemplo de Schaff (1991:210), milhares de pessoas atravessaram o Rubicon antes e depois de 49a.C., mas só a passagem de Cesar pode ser ligada ao declínio do Império Romano e às suas implicações. Fora dos seus contextos de ocorrência, a *Fonêmica* de Mattoso e a passagem de Cesar se reduzem a fatos passados, como milhares de outros. É no momento ‘teórico’ das relações que um historiógrafo estabelece entre os dados que selecionou, que um fato passado assume um significado histórico.

A elaboração de uma HL pressupõe, assim, um conjunto de procedimentos que precisam ser explicitados ao longo da sua atividade, para que sua adequação possa ser avaliada. Uma historiografia linguística sobre determinado período, ou tradição, é, pois, função não apenas do objeto selecionado, mas também do historiógrafo que o seleciona, descreve e interpreta. Essa observação aponta para um segundo princípio geral que

7 A rigor, não foi, descrições parciais em moldes bloomfieldianos o antecederam: Hall (1943 a, b), Sten (1944) e Reed & Leite (1947).

poderíamos transportar para a sala de aula: o manual, o texto, ou exemplo sobre o passado que utilizamos para introduzir nosso alunado em uma determinada teoria reflete um ponto de vista sobre a história, nem o único, nem o mais verdadeiro, mas aquele pertinente aos objetos selecionados, ao seu contexto de realização e ao historiógrafo que construiu uma rede de relações entre eles.

2. Historiografia da Linguística: os textos sobre esses objetos

Na seção anterior, mencionei a ambiguidade do termo ‘historiografia’. Ao mesmo tempo em que a HL é o estudo (teórico e metodológico) do conhecimento sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo, ela é o texto no qual o historiógrafo descreve a emergência e o desenvolvimento (interno e externo) deste conhecimento, e o interpreta.

Não insisto aqui sobre o seu primeiro sentido, o de reconstrução metateórica das várias formas sobre as quais se apresentou o conhecimento linguístico através do tempo. Tive a oportunidade de fazê-lo em várias ocasiões (por ex., ALTMAN, 2019; 2020c). O que caracteriza a HL face a vários outros textos sobre a história é, basicamente, a sua procura consciente por uma metodologia própria, que seja explícita e tão rigorosa quanto aquela alcançada por outras metadisciplinas com as quais dialoga, entre outras, a História da Ciência, a Filosofia da Linguística e a Sociologia da Linguística (cf. ALTMAN, 2020b; BORGES NETO, 2020).

Insisto, por outro lado, no seu segundo sentido, aquele em que o estudo de um período das ciências da linguagem feito por um autor, em geral também linguista, se apresenta como um texto. Texto esse que pode ter a forma de um ensaio monográfico, de um manual de história, de um manual de Linguística, ou ainda, de um texto de divulgação qualquer. A construção dessa narrativa sobre a história pressupõe, como se viu, um trabalho de seleção, hierarquização e interpretação da história, não importa o rótulo com o qual se apresente: ‘historiografia linguística’, ‘história das ideias’, ‘história

da linguística? Há vários manuais em circulação, alguns bastante recentes, que se apresentam com títulos variados, mas que têm em comum o objetivo de conectar o linguista do presente com seu passado. Todos são pertinentes, em princípio, à presente reflexão.

Em qualquer dos casos, o importante a sugerir é que, ao introduzirmos o aluno do presente através de um desses textos, o façamos com um certo ceticismo inicial. Explico. Minha geração, por exemplo, que se introduziu na disciplina Linguística na década de setenta, leu seu passado através de manuais europeus, cuja língua de divulgação era, na sua maioria, o francês.⁸ A maioria devidamente traduzida para o português e publicada ao longo dos anos 1960, 1970. Praticamente todos apresentavam a história da Linguística como uma sucessão de ensaios e erros cometidos por estudos anteriores, até o momento de atingirem seu ponto máximo de progresso, que coincidia, não por acaso, com o presente do seu autor. Sem nos darmos conta disso, aceitamos, simplesmente, a interpretação dos autores desses manuais como a totalidade da disciplina: a ‘verdadeira’ ciência da linguagem era estruturalista e começou com Ferdinand de Saussure (1857-1913), em 1916. Os demais estudos que se realizavam em nosso contexto imediato, fossem filológicos, gramaticais, normativos, ou históricos, estavam, de antemão, descartados, uma vez que não faziam parte da ‘moderna’ ciência da linguagem. Não que o pioneirismo de Saussure fosse uma interpretação falsa, evidentemente. O que faltou acrescentar a ela, principalmente em um contexto didático, foi: em que lugar(es) esse fato foi estabelecido dessa maneira? por quem? e por quê? O valor do acontecimento selecionado pelo historiógrafo depende não apenas da seleção em si — quem foi o estudioso que formulou as questões a serem

8 Por exemplo, Leroy (1963), Malmberg (1964 [1959]), Lepschy (1971 [1966]), Mounin (1970 [1967], 1972), Coseriu (1980), muitos deles revistos e republicados nos anos 1990. Observe-se, aliás, que, a partir dos anos 1990 a volta do interesse por disciplinas de orientação histórica no Brasil mudou a situação anterior: os manuais de história têm chegado às nossas bibliotecas quase que simultaneamente às dos países originários das publicações.

respondidas por uma ciência da linguagem: Saussure (1916)? Bopp (1816)? Chomsky (1957)? — mas também do momento, do lugar e da motivação do historiógrafo que operou essa seleção.

Outro exemplo interessante é a exclusão sem justificativa, digamos assim, nos manuais de história da Linguística Geral do século XX, de uma longa e produtiva tradição de descrição de línguas ágrafas, ditas ‘exóticas’, a partir do modelo latino de oito partes do discurso. Raramente esses manuais incluem, no percurso de constituição de uma Filologia Comparada no século XIX europeu, o conhecimento produzido no âmbito do que denominamos hoje Linguística Missionária (HOVDHAUGEN, 1996). Trata-se de um conjunto respeitável de *artes gramaticais* sobre as mais diversas línguas do mundo, produzidas no contexto da colonização europeia, entre os séculos XVI e XIX. Como se sabe, a expansão das jovens nações europeias dependia da concessão papal. Nada mais natural, pois, que as expedições de conquista se fizessem acompanhar de religiosos católicos — franciscanos, dominicanos, jesuítas — que, para legitimar a posse das terras conquistadas, convertiam os novos súditos de Sua Majestade à ‘verdadeira’ fé. Conversão essa que dependia, como é fácil imaginar, de interação linguística com os povos conquistados. O resultado dessa necessidade prática foi a produção de centenas de gramáticas descritivo-pedagógicas, vocabulários e catecismos ao longo de três séculos. O monumental *Catálogo* (1979[1800-1805]), de Lorenzo Hervás y Panduro (1735–1809), registra esse material e constitui, dessa maneira, uma preciosa fonte de dados das mais diversas línguas, descritos sob um ‘mesmo’ molde. O que a história da elaboração dessas gramáticas, vocabulários e glossários produzidos pelos missionários poderia nos ensinar hoje a respeito de como desenvolvemos nossa prática de observação e representação de dados linguísticos? As gramáticas missionárias, no seu conjunto, teriam tornado igualmente viável, três séculos depois, a ideia de um programa de investigação baseado em estudos comparados de línguas não indo-europeias. Por que isso não aconteceu é uma pergunta interessante de se fazer, principalmente se tivermos em mente a evolução das relações entre ciências e a religião.

Uma última observação sobre a subjetividade/ objetividade dos nossos textos sobre a história de uma disciplina científica talvez se faça necessária neste ponto. Dizer que nossas historiografias são parciais, como se viu, não quer dizer que sejam falsas. A exigência da HL contemporânea de que explicitemos nossa metodologia de trabalho é justamente o procedimento que visa a controlar nosso inevitável subjetivismo. É um pouco como interpretar uma pesquisa de levantamento qualquer, como a pesquisa eleitoral, por exemplo, ou como aceitar o número que quantifica os indivíduos infectados em uma pandemia. Os dados apresentados só podem ser adequadamente avaliados por quem os lê, se vierem acompanhados da explicitação da metodologia que os produziu. Se eu admito a história como uma das estratégias válidas para introduzir meu aluno na disciplina Linguística, e me valho de uma HL para isso, é preciso saber qual foi a metodologia empregada pelo seu autor. É a partir daí que eu posso avaliar a qualidade de uma historiografia, e decidir sobre o melhor modo de sua aplicação em uma situação de ensino.

3. O que extrair dessas observações

3.1 As ciências da linguagem não são atemporais

O que é aceito hoje por uma comunidade científica como ‘verdade’, portanto, nem sempre o foi. O estágio mais avançado do nosso conhecimento é relativo ao estágio atual das nossas pesquisas. Com efeito, a ciência se define como um dos instrumentos da racionalidade que busca o saber, busca a verdade, mas não se confunde com eles. As formas de apresentação e de representação do conhecimento científico são necessariamente parciais e provisórias. Nada mais natural, portanto, que, ao introduzirmos nossos alunos nas questões contemporâneas das nossas ciências, também nos perguntemos se lidamos com problemas semelhantes no passado e como os resolvemos. Dito de outra maneira: as perguntas que dirigimos ao problema x, hoje, são as mesmas que fizeram nossos precursores? Quais respostas ao problema x

foram consideradas satisfatórias? Essas respostas são aceitáveis hoje? Por que sim? Por que não?

Acho que uma diretriz importante da HL para o ensino da Linguística em sala de aula passa pela tomada de consciência de que o conhecimento não brota em um vazio histórico. A explicação da universalidade da linguagem humana, por exemplo, pela existência de uma alma, ou pela concessão do dom da palavra por um Deus onipotente, não seria aceita hoje por nenhuma ciência. Por que não as aceitamos é uma pergunta a se considerar, não só porque suscita discussões relevantes sobre o que a biolinguística (cartesiana) contemporânea tenta responder (THOMAS, 2017), por exemplo, mas também porque nos leva a pensar por que será, *mutatis mutandis*, que certos ‘terraplanismos’ estão ressurgindo como verdade quatro séculos depois de superados (a leitura de WHITE, 1896, sobre essa evolução é ainda válida).

Outro exemplo que costuma fazer parte dos nossos cursos introdutórios gira em torno do tema da relação entre ‘palavras’ e ‘coisas’. Ela foi problematizada no passado? Por quem? Em que circunstâncias? Como se pensou a relação ‘signo’ e ‘mundo’ e o que aprendemos com isso? A resposta de Saussure (1916), inescapável na formação do linguista, foi excluir a referência do seu modelo de unidade signica. Neste modelo, o signo é uma relação necessária entre um conceito e uma imagem acústica, de onde ele extrai seu valor e sua significação, ou seja, para Saussure, o signo é uma forma, independente da substância fônica que o realiza. Toda a Linguística estrutural que se seguiu às suas proposições foi, como sabemos, diádica, binária e autônoma, tanto em relação à fisiologia, quanto à psicologia. Neste quadro, aprendemos muito ao longo do século XX sobre a dinâmica interna dos sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos.

Mas, nada impede que eu me pergunte (ou incite meu alunado a se perguntar) se foi sempre assim, ou, se foi assim em programas de investigação que advieram e se desenvolveram a partir de outras tradições de reflexão sobre a linguagem, como como as sintaxes e as semânticas formais que também constam dos nossos currículos. Pense-se no caso de um professor

de Linguística clássica, medievalista. Interessa a ele problematizar a questão sógnica a partir de outro eixo, aquele do circuito entre um signo, a mente e o mundo, uma vez que esses elementos eram justamente os *hot points* relevantes naquele contexto. Em contraposição, as formas linguísticas, fossem ‘sons’, fossem ‘morfemas’, por serem efêmeras, não suscitavam interesse neste contexto: “The study of language ‘in and for itself’ —so characteristic of nineteenth and much twentieth-century scholarship— was precisely what medieval scholars wanted to avoid.” (LAW, 2003, p. 108). Por essa razão, nesse ponto da história, não emergiram nenhuma fonética, nenhuma fonologia, nem nenhuma gramática descritiva ou comparativa. Mas sim, ao invés, uma semântica (lexical e sintática) forte. O que se espera é que essa revisão do pensamento medieval seja feita sem o pressuposto de que Saussure, por estar muito mais avançado na cronologia da questão, tenha dado uma resposta muito melhor ao problema, ou que, mais indesejável ainda, por serem medievais, os estudiosos em pauta eram atrasados e ignorantes. O ‘uso’ da história para introduzir meu aluno nas ciências da linguagem consiste em comparar os dois contextos e buscar mostrar por que as respostas, em cada um deles, foram diferentes, ou (ou mais, ou menos) adequadas em relação aos objetivos da disciplina que me cabe ministrar.

É razoável admitir, sem dúvida, que não é possível discorrer sobre dois mil anos de reflexão sobre a linguagem, sobretudo em uma situação de sala de aula. Quem se inicia não precisa saber tudo isso — a diretriz não é quantitativa — nem nenhum professor de Linguística, ou Filologia, ou Semiótica, terá domínio sobre todo esse percurso, para ficar só nas tradições ocidentais. Mas, certamente, em um curso de introdução, eu posso me lembrar, e lembrar ao meu aluno, que os conteúdos apresentados são apenas uma parte do conhecimento do homem sobre a linguagem, produzida por determinados agentes, em determinados tempo e lugar. Tal e qual para o historiógrafo da Linguística, o caminho que considero mais produtivo para o professor é o de explicitar quais foram os critérios de que se valeu para selecionar esta ou aquela tradição de pesquisa como relevante.

3.2 O conhecimento produzido sobre a linguagem/ línguas não é unilinear, nem unidimensional

O termo ‘linguística’ hoje compreende pelo menos duas dimensões de natureza bastante diferente: ao mesmo tempo em que representa um vasto campo do conhecimento de mais de dois mil anos, é uma disciplina institucionalizada, parte dos nossos currículos de Letras, área de especialidade reconhecida pelas comunidades científicas e órgãos competentes. Como tal, a Linguística que conhecemos faz parte, pois, da história geral do conhecimento humano sobre o mundo e faz parte da história da institucionalização das disciplinas científicas (HYMES, 1974, p. 1). Não tratar uma pela outra, indistintamente, é outra diretriz a sugerir. No Brasil, por exemplo, a Linguística se institucionalizou como disciplina autônoma nos cursos de Letras por um decreto federal, em 1962, o que não quer dizer que não tenha havido nada antes que não pudesse ser chamado de Linguística, ou que não valesse a pena ser estudado porque se desenvolveu em outros ambientes intelectuais, sob o guarda-chuva de disciplinas de designação diferente (ALTMAN, 2004).

A *História da Linguística* de Mattoso Câmara (1975[1962]), manual que, ao lado dos seus *Princípios* (1967[1941]), introduziu pelo menos duas gerações de linguistas no Brasil, traz um exemplo interessante nesse sentido. Publicado postumamente, em 1975, Mattoso aí traçou um panorama da ciência linguística que encontrou seus limites entre o início do século XIX alemão, momento em que a *Sprachwissenschaft* começou a constituir um grupo de especialidade, e meados do século XX, momento em que os estruturalistas europeus e norte-americanos ocuparam o centro das atenções no mundo acadêmico ocidental. As tradições da Antiguidade Clássica, da Idade Média, e aquelas que se desenvolveram até o século XVIII foram mencionadas apenas rapidamente nos capítulos iniciais. No seu manual, Mattoso imprimiu um formato unilinear e unidimensional à sua narrativa, como se a ciência da linguagem fosse una e tivesse se desenvolvido em uma única direção. Todos os passos dados anteriormente desembocaram no conceito ‘estrutural’ de ciência da linguagem, tal como ele a entendia (e praticava) no seu presente histórico.

Mas, o mais relevante do ponto de vista que nos interessa aqui destacar, são as considerações que Mattoso teceu sobre a especificidade da ciência linguística face aos outros tipos de estudo da linguagem que identificou, como o estudo do certo errado; o estudo da língua estrangeira; o estudo filológico; o estudo lógico; o biológico; o histórico e o descritivo. Apenas os dois últimos, o histórico e o descritivo, constituíam, na sua visão, a ciência da linguagem. Os demais não eram ciência: os estudos do certo errado, da língua estrangeira, e o filológico seriam pré-linguísticos, i.e., embora tivessem perdurado no tempo, não chegaram a constituir uma ciência da linguagem. O biológico e o lógico não faziam parte do domínio próprio da linguagem, e constituíam, portanto, para Mattoso, estudos paralinguísticos.

Assim, mesmo reconhecendo que uma história da linguística não se limitava à linguística propriamente dita, (MATTOSO CÂMARA, 1975[1962], p. 21), na retrospectiva que fez do caminho que os estudos linguísticos percorreram desde os gregos, o cronômetro científico só começou andar a partir do séc. XIX europeu. Antes disso, só seria possível encontrar, na tradição ocidental, estudos do tipo que denominou pré-linguísticos e paralinguísticos. E, na tradição oriental, mesmo entre os que considerou os “... países mais adiantados de então, ou seja, a China e a Índia antigas.”, não houve qualquer tipo de linguística (MATTOSO CÂMARA, 1975[1962], p. 20). Ora, as implicações dessas considerações em um contexto pedagógico incluem, no mínimo, o desinteresse imediato do alunado por outras formas de produção (e de institucionalização) do conhecimento linguístico que não se enquadrem nesses limites. A geração que se introduziu na disciplina nos anos 1960 no Brasil viu no estruturalismo o ponto de chegada dos esforços anteriores. Tudo que decorresse das tradições gramatical e filológica foi descartado de antemão como pré-científico (cf., por ex., ALTMAN, 1994; 2004; 2020a).

Uma das principais consequências de sabermos que a linha de evolução do conhecimento sobre a linguagem e as línguas não é unilinear, nem unidimensional, é não confundir o programa de investigação mais recente na cronologia da disciplina com o mais ‘correto’. Fazer ciência de ponta é

uma percepção relativa ao desenvolvimento do programa de investigação em que se está. Não é porque se sucederam na cronologia da disciplina e ocuparam o centro das atenções da comunidade científica norte-americana em momentos sucessivos, que estruturalismos e gerativismos, por exemplo, constituíram etapas descartáveis a caminho do progresso. Cada um teve seu momento relevante do ponto de vista da aceitação de uma comunidade paradigmática, o que não é o mesmo que dizer que se confundiram com a ciência linguística como um todo. Outros programas de investigação que não aquele em evidência tiveram continuidade, avançaram, reformularam-se e estabeleceram conhecimento, ao mesmo tempo. Lá e cá.

A complexidade das relações entre a comunidade científica que compartilha o paradigma que ocupa o centro das atenções e a Linguística entendida como um vasto campo de conhecimento é magnificamente discutida por Hymes (1974). Chomsky, para reproduzir apenas um dos seus exemplos, tem sustentado que a Linguística é um ramo da Psicologia Cognitiva. Mas, como considerar a Filologia Românica, por exemplo, como um ramo da Psicologia Cognitiva? As ciências da linguagem são múltiplas, fragmentadas e incomensuráveis. Dito de outra maneira, o trabalho em Linguística parece refletir a gama dos múltiplos interesses de um contexto cultural, ou nacional e, em princípio, não seguem todos a mesma linha de evolução. Assim, por qualquer que seja a porta de entrada, é vantajoso nos lembrarmos de que estamos introduzindo nosso alunado em um dos programas de investigação de uma disciplina bastante heterogênea, aquele, talvez, que tenha feito parte da nossa formação, ou aquele que está em evidência em nosso privilegiado presente histórico, mas, certamente, nenhum é o único, nem o mais verdadeiro.

3.3 O conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas não é (apenas) cumulativo

Para comentar este tópico, não será demais citar um trecho do ensaio de Marcelo Dascal sobre o tema:

É prática corrente, no ensino da linguística, apresentar-se ao estudante uma imagem mais ou menos monolítica e homogênea da ciência à qual é iniciado. Limita-se o ensino aos textos mais recentes da teoria considerada ‘correta’ pelos organizadores do currículo. As teorias rivais são simplesmente ignoradas ou então relegadas a um plano totalmente secundário, sendo interpretadas como ‘desvio’ sem importância da doutrina ‘correta’. Além disso, raramente considera-se necessário apresentar essa doutrina dentro de uma perspectiva histórica. Nos raros casos em que isso é feito, os autores do passado são apresentados como meros ‘precursores’ da teoria presente favorecida. (DASCAL, 1978, p. 17)

Se o percurso das ciências da linguagem ao longo de uma linha de desenvolvimento não é unidirecional, nem unidimensional, tampouco fará sentido pensarmos na evolução dessas ciências por acumulação progressiva. O conceito cumulativo de progresso científico mata a história, em uma formulação livre a partir de Kuhn (1969), na medida em que valoriza apenas o último *paper* publicado pelos heróis da minha teoria e relega todo o conhecimento anterior à lata de lixo da história. Claro que se eu trabalho em um programa de investigação fechado, como o projeto de busca dos princípios linguísticos universais, então sim, a dimensão cumulativa é pertinente. Eu tenho que me inteirar da última palavra dada sobre esse assunto porque estou caminhando, junto com outros linguistas, para a solução do mesmo quebra-cabeça. Mas, do contrário, o modelo que interpreta a história das ciências da linguagem como uma linha única de progresso cumulativo é inadequado.

Há discontinuidades ‘diacrônicas’, digamos assim, entre tradições de pesquisa que saem de evidência em determinado momento para ressurgirem, renovadas, em outro. Veja-se, por exemplo, a retomada da ‘linguística cartesiana’ do século XVII por Chomsky, nos anos 1960, que, por sua vez, está sendo revisitada pela biolinguística contemporânea, no século XXI. E há também discontinuidades ‘sincrônicas’ entre programas de investigação que competem em um determinado momento histórico, que se sobrepõem uns aos outros, e que reemergem conciliados em um momento posterior.

Um exemplo interessante deste movimento é o que se deu entre as oposições que se criaram na comunidade de estudiosos brasileiros dos anos 1950-1970 entre estudos diacrônicos e estudos sincrônicos, e que se materializaram em duas comunidades paradigmáticas diferentes, a dos filólogos e a dos linguistas (ALTMAN, 2016). Enquanto os primeiros defendiam a primazia da diacronia sobre a sincronia (ex. SILVA NETO, 1960), os segundos postulavam o contrário, a primazia da descrição sincrônica sobre os estudos históricos (ex. MATTOSO CÂMARA, 1967[1941]). Essa descontinuidade salta aos olhos no levantamento que realizei dos artigos de pesquisa com dados de língua natural, publicados em dois periódicos brasileiros do período, a *Revista Brasileira de Filologia (RBF)*, 1955-1961, não corrente) e a *Revista Brasileira de Linguística (RBL)*, 1974-1984, não corrente). Enquanto a primeira publicou, em números absolutos, 19 artigos de orientação histórica (de um total de 61 artigos), e nenhum artigo de orientação gramatical, descritiva, a segunda inverteu as proporções. Dos 51 artigos que trabalharam dados de uma língua natural publicados na *RBL*, 20 trataram de descrição gramatical sincrônica, e, apenas 2, imprimiram uma orientação histórica aos dados que apresentaram (cf. ALTMAN, 2016). Ora, qualquer observador interpretaria esses dados como índice de ruptura paradigmática definitiva entre os dois grupos. Mas, se observarmos a evolução dessa descontinuidade, de fato ocorrida e de fato percebida como tal, veremos que o desenho mudou. A partir do final dos anos 1980, a comunidade de linguistas brasileiros redescobriu a diacronia, a ‘fênix finalmente renascida’ (TARALLO, 1984) e os estudos de orientação histórica voltaram aos seus interesses (v. CASTILHO, 2012). Embora a especificidade de ambos os grupos, enquanto comunidade paradigmática, tenha se mantido, o que se observa é que, gradualmente, modelos sincrônicos, acrônicos e diacrônicos passaram a fazer parte da bibliografia tanto de filólogos, quanto de linguistas, no Brasil.

A ‘volta’ de um programa de investigação na cronologia de uma disciplina científica, entretanto, não deve significar que ele permaneceu congelado ao longo do tempo e renasceu tal e qual. Por analogia ao experimento

do pêndulo de Foucault (1851), em que a cada período a trajetória percorrida não é exatamente a mesma, dada a rotação da terra, a retomada de um programa de investigação anterior não passa exatamente pelos mesmos lugares, dada a evolução da ciência que os abriga, sempre em movimento (ALTMAN, 2014).

Nem tudo são descontinuidades, entretanto, por mais que ‘revoluções’ e ‘rupturas’ sejam valorizadas em uma comunidade de cientistas, as continuidades são igualmente relevantes (cf. o conceito de *ciência normal* de KUHN, 1962) e também fazem parte dos movimentos da ciência que nos cabe ensinar. Introduzir conteúdos da perspectiva da sua continuidade em relação a tradições passadas traz algumas vantagens. O sentimento de *pertencimento* a um grupo, a um projeto que tem fascinado gerações de linguistas que nos antecederam é uma delas. Esse sentimento reforça o apego à determinada orientação teórica, proporcional ao esforço intelectual investido, e isto é motivador. Ninguém se sente tentado a dedicar anos de estudo a um projeto que se revela obsoleto antes mesmo que seus pressupostos teóricos e técnicos sejam assimilados. A ideia de que determinado programa de investigação se mantém ao longo do tempo, como as questões que envolvem uma teoria gramatical e o seu ensino, por exemplo, além de promover certa nobreza ao campo, garante o engajamento do jovem estudante na ciência na qual se inicia.

A título de conclusão

Do que me cabe concluir, acho desejável que a descontinuidade percebida entre uma ciência da linguagem e sua história seja superada, e a instância do seu ensino me parece ser o *locus* privilegiado para isso. O conhecimento, também aquele produzido pelas ciências da linguagem, não nasce sozinho de uma ideia luminosa, de um estalo brilhante em uma noite de insônia. Ele é resultado de um longo caminho de ensaios e erros, de divergências e convergências, de continuidades e descontinuidades ao longo da história, percorrido diariamente por estudiosos em trabalhos de campo, em laboratórios, e em horas de reflexão e estudo em suas mesas de trabalho.

Resgatar a perspectiva histórica do trabalho que o linguista executa no seu presente é também consolidar uma ética desejável no trabalho do profissional de Letras e de Linguística. Aquela em que reconhecemos que o conhecimento que recebemos resulta dos esforços daqueles que nos antecederam, sobre os quais construímos as plataformas que nos lançarão para os modelos de futuro.

Referências

ALTMAN, Cristina. **Trinta anos de Linguística brasileira: o caso do GEL.** Conferência proferida por ocasião do 42º seminário - 25 anos do GEL. São Paulo: Universidade de São Paulo, 21 de maio de 1994.

ALTMAN, Cristina. A conexão americana: Mattoso Câmara e o Círculo Linguístico de Nova Iorque. **D.E.L.T.A.** n. 20, p. 129-158, 2004,

ALTMAN, Cristina. **O pêndulo de Foucault: sincronia e diacronia no estudo do português no Brasil.** Texto proferido na *XIII International Conference on the History of the Language Sciences*. UTAD – Vila Real, Portugal, 25-29 de agosto de 2014.

ALTMAN, Cristina. Saussure e o (des)encontro de duas gerações acadêmicas no Brasil. **Signo y seña. Revista del Instituto de Lingüística de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires** n. 30, p. 3-21, 2016.

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: BATISTA, R. (org.). **Historiografia da Linguística.** São Paulo: Contexto, p. 19-43, 2019.

ALTMAN, Cristina. Formação de grupos em ciências da linguagem: o caso do GEL. **Revista Estudos Linguísticos** v. 49, n. 1, p. 36-47, 2020a.

ALTMAN, Cristina. **Filosofia, linguística e suas historiografias.** Texto proferido no *I Workshop de Filosofia e Historiografia da Linguística*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 13 de novembro de 2020, 2020b.

ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista**. Conferência proferida em Abralin ao Vivo, em 12/06/2020. <https://www.youtube.com/watch?v=UsgBMHjwbxU>, 2020c.

ALTMAN, Cristina. **Historiografia linguística e suas aplicações: manuais de ensino e dicionários terminológicos**. MS inédito, 2021.

AUROUX, S.; KOERNER, E.F.K.; NIEDEREHE, Hans-Josef & VERSTEEGH, Kees (Eds.) **History of the Language Sciences: An international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present / Geschichte der Sprachwissenschaften: Ein internationales Handbuch zur Entwicklung der Sprachforschung von den Anfängen bis zur Gegenwart. / Histoire des Sciences du Langage: Manuel international d'histoire des études linguistiques des origines à nos jours**. Berlin & New York: Walter de Gruyter & Co., 3 vols., vol. I, 2000; vol. II, 2001; vol. III, 2006.

BORGES NETO, José. Linguística ingênuas. In: BARONAS, Roberto & COX, Maria Inês P. (orgs.). **Linguística popular/ Folk linguistics: Práticas, proposições e polêmicas**. Homenagem a Amadeu Amaral. Campinas: Pontes, p. 51-64, 2020a.

BORGES NETO, José. Historiografia da linguística e filosofia da linguística. In: BATISTA, Ronaldo & BASTOS, Neusa B. (orgs.). **Questões em Historiografia da Linguística. Homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, p. 167-187, 2020b.

BOPP, Franz. **Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache**. [...]. Frankfurt am Main: Andreäische Buchhandlung, 1816.

BREKLE, H. La linguistique populaire. In: AUROUX, S. (ed.). **Histoire des idées linguistiques**. Liège/ Bruxelles: Pierre Mardaga, tome 1, p. 39-44, 1989.

CARDONA, George. **Pāṇini. His Work and its traditions**. Background and introduction, vol. I, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. Celebração de Rosa Virgínia Mattos e Silva. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., e RIBEIRO, S. (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: UFBA, p. 10-24, 2012. Disponível em <<http://books.scielo.org>>

CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. The Hague/Paris: Mouton, 1957.

COSERIU, Eugenio. **Tradição e novidade na ciência da linguagem; estudos de história da linguística**. [Trad. do esp. Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira]. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/ Edusp, 1980.

DASCAL, Marcelo. Ensaio introdutório. As convulsões metodológicas da linguística contemporânea. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística** v.1. São Paulo: Global, p. 17-41, 1978.

HALL Jr., Robert A. The Unit Phonemes of Brazilian Portuguese. **Studies in Linguistics** vol.1, n. 15, p. 1-6, 1943a.

HALL Jr., Robert A. Occurrence and Orthographical Representation of Phonemes in Brazilian Portuguese. **Studies in Linguistics** vol. 2, n. 1, p.6-13, 1943b.

HERVÁS Y PANDURO, Lorenzo. **Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos**. 6 vols. Madrid: Ediciones Atlas, 1979 [1800–1805]. (1a ed. it., Catalogo delle Lingue Conosciute e Noticia dell loro Affinitá, e Diversitá. Cesena, 1785)

HOVDHAUGEN, Even. Missionary grammars — an attempt at defining a field of research. In: HOVDHAUGEN, E. (ed.) ... **and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar**. Münster, Nodus Publ., p. 9-22, 1996.

HYMES, Dell. Introduction; traditions and paradigms. In: HYMES, D. (ed.). **Studies in the History of Linguistics. Traditions and Paradigms.** Bloomington/ London: Indiana University Press, p. 1-38, 1974.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions.** Chicago: Univ. of Chicago Press, 1962.

KUHN, Thomas S. Comment. **Comparative Studies in Sociology and History** vol 11, n. 4, p. 403-412, 1969.

LAW, Vivien. **The history of linguistics in Europe. From Plato do 1600.** Cambridge: University Press, 2003.

LEPSCHY, Giulio. **A linguística estrutural.** [Trad. de Nites Therezinha Feres do orig. La Linguistica Strutturale, 1966]. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEROY, Maurice. **Les grands courants de la linguistique moderne.** [Trad. brasileira de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.] Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 1963.

MALMBERG, Bertil. **New Trends in Linguistics: An orientation.** [Trad. brasileira de Francisco da S. Borba, As Novas Tendências da Linguística. Uma orientação à Linguística Moderna. São Paulo: Nacional, 1971.] Stockholm & Lund: Naturmetodens Språkinstitut, 1964 [1959].

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **Para o estudo da fonêmica portuguesa.** Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1949]. (Publicado parcialmente como “Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa: Os fonemas em português.” **Boletim de Filologia** vol.3, n. 9, p. 1-30, 1949).

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **Princípios de linguística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa** [4a. ed. revista e ampliada]. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967[1941]. (1ª. ed. reimpr., 1942.)

MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. **História da linguística.** [Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês de 1962.] Petrópolis: Vozes, 1975 [1962].

MOUNIN, Georges. **História da linguística**: das origens ao século xx. [Trad. portuguesa de F. J. Hopffer Rêgo, do orig. francês, *Histoire de la linguistique: des origines au XXe siècle*. Paris: PUF, 1967]. Porto: Despertar, 1970 [1967].

MOUNIN, Georges. **A linguística do século XX**. [Trad. brasileira de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira do orig. francês *La Linguistique du XXe siècle*. Paris: PUF, 1972.) Lisboa/ São Paulo: Presença/ Martins Fontes, 1972.

MURRAY, Stephen O. **Theory Groups and the Study of Language in North America**. A social history. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

OLIVEIRA, Meryane. **A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2020)**: um estudo acerca da recepção de ideias e da produção de materiais ao longo de quase três décadas de implantação da área. Projeto de Doutorado. Universidade Federal do Piauí, 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. In: BARONAS, Roberto & COX, Maria Inês P. (Orgs.). **Linguística popular/ Folk linguistics**: Práticas, Proposições e Polêmicas. Homenagem a Amadeu Amaral. Campinas: Pontes, p. 27-49, 2020.

REED, David W. & LEITE, Yolanda. The segmental phonemes of Brazilian Portuguese: standard paulista dialect. In: PIKE, Kenneth L. **Phonemics**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, p. 194-202, 1947.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1916.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SCHMITTER, Peter. **Historiographie und Narration. Metahistoriographische Aspekte der Wissenschaftsgeschichtsschreibung der Linguistik**. Seoul/Tübingen: Sowadamedia/ Gunter Narr, 2003.

SILVA NETO, Serafim da. Ferdinand de Saussure e o seu tempo. **Língua, Cultura e Civilização**. Estudos de Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica, p. 19-38, 1960.

STEN, Holger. **Les particularités de la langue portugaise**. Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague. Copenhague: Ejnar Munksgaard, 1944.

SUGIYAMA, Enio. **O ensino de linguística no Brasil: efeitos do processo de institucionalização da disciplina na configuração curricular dos cursos de letras e linguística**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, inédita CEDOCH-DL-USP, 2020.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (models for) linguistic historiography. In: HÜLLEN, W. (ed.). **Understanding the Historiography of Linguistics. Problems and Projects**. Symposium at Essen, 23-25, November 1989. Münster: Nodus, p. 21-34, 1990.

TARALLO, Fernando. A fênix finalmente renascida. **Boletim da ABRALIN** n. 6, p. 95-103, 1984.

THOMAS, Margareth. On the reception and revification of *Cartesian Linguistics*. In: AUSSANT, Émilie e FORTIS, J., M. (eds.). **History of Linguistics 2017**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, p. 157-169, 2017.

WHITE, Andrew Dickson. **History of the warfare of science with theology in Christendom**. New York: 2 vols, 1896.